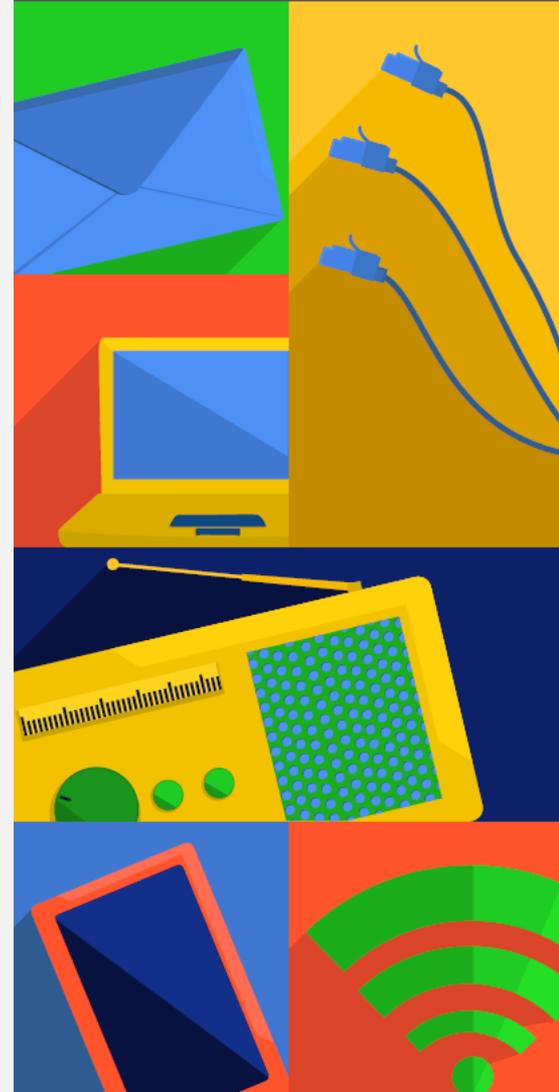


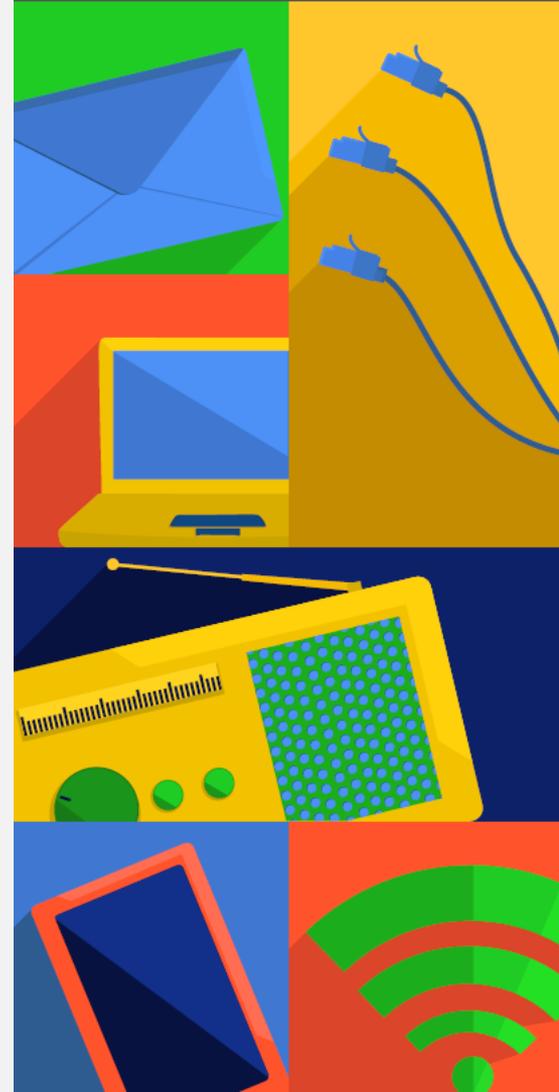
31º Encontro Provedores Regionais

SALVADOR/BA, 25/04/2017



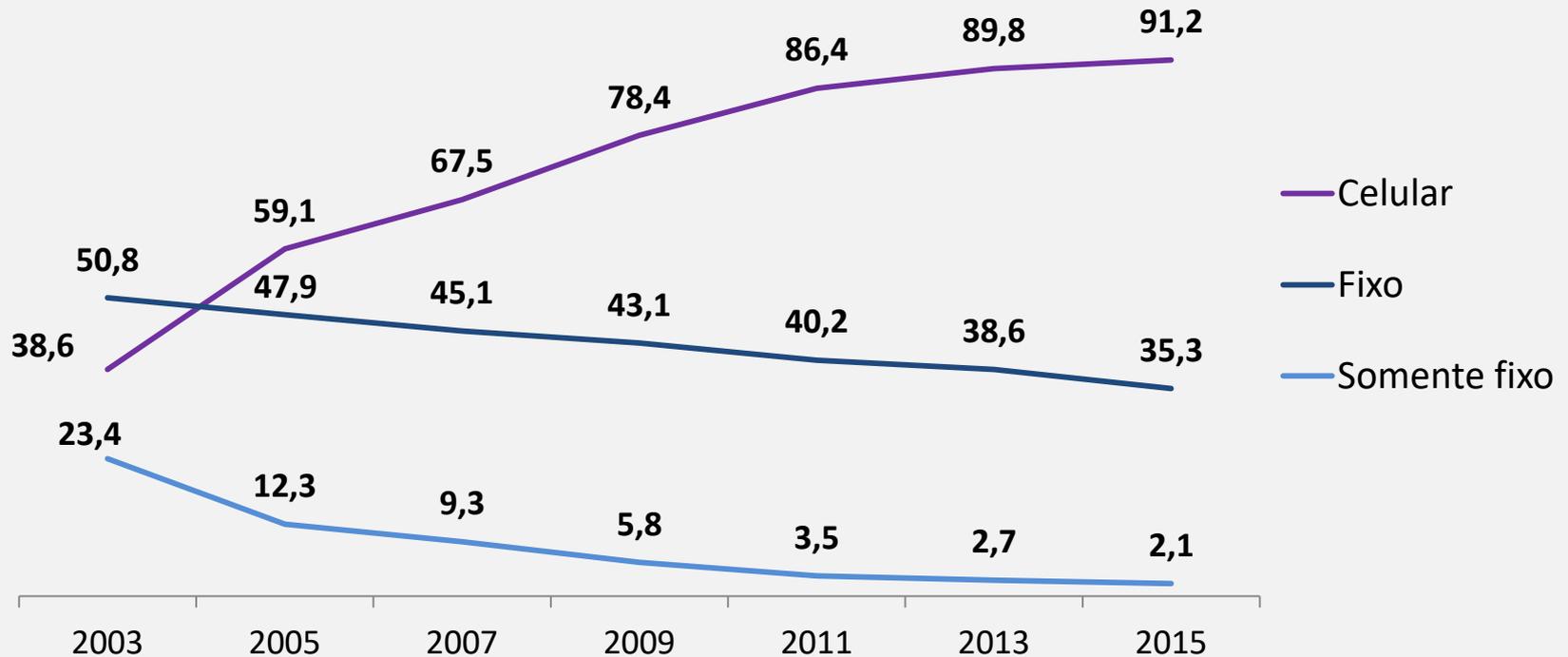
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC

A POLITICA DE BANDA LARGA DO GOVERNO FEDERAL



A política nacional de telecomunicações

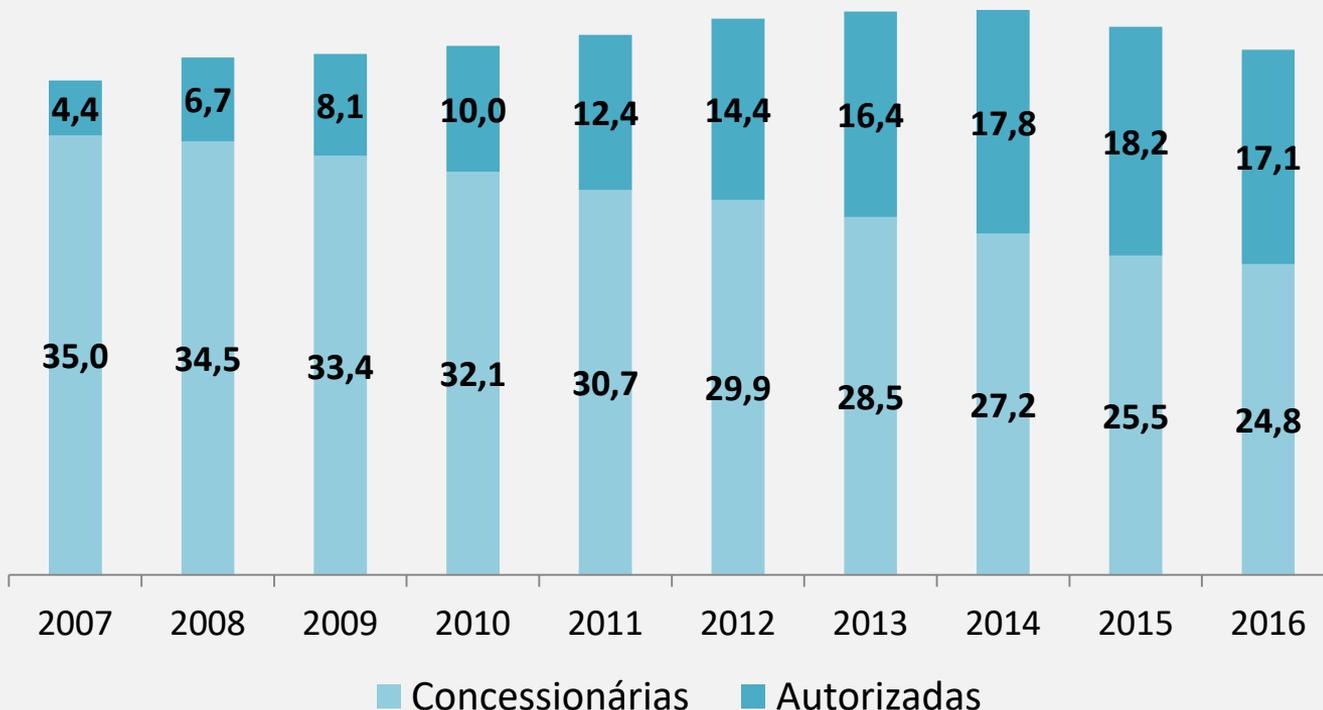
Percentual de domicílios com telefone



A política nacional de telecomunicações

DEZ/2016:
STFC EM TODOS
OS MUNICÍPIOS,
ESPALHADO POR
MAIS DE 41 MIL
LOCALIDADES

Milhões de acessos em serviço do STFC



A política nacional de telecomunicações

Monopólio
estatal

- Acesso limitado ao serviço de telefonia fixa convencional

Lei nº
9.472/1997

- Universalização da telefonia fixa convencional

Decreto nº
4.733/2003

- Um dos objetivos das políticas relativas aos serviços de telecomunicações é garantir o acesso de todos os cidadãos à Internet

A política nacional de telecomunicações

Gesac

Telecentros

Editais SMP

Backhaul no
PGMU

PBLE

O Programa Nacional de Banda Larga – PNBL



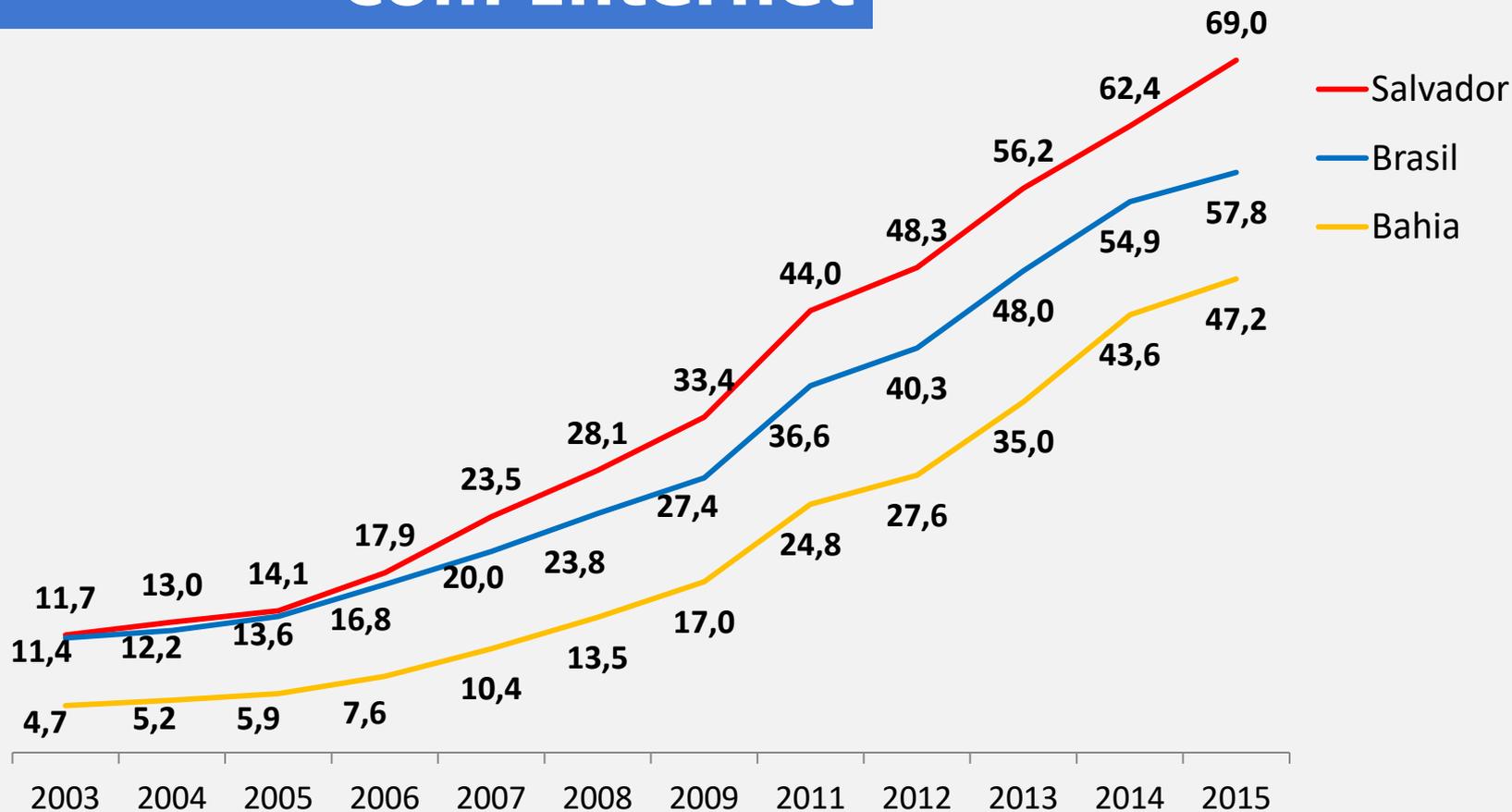
INSTITUÍDO EM 2010
DECRETO Nº 7.175
DE 12 DE MAIO

META 2014
35,0 MILHÕES DE DOMICÍLIOS
COM ACESSO À INTERNET

REALIDADE 2014
36,8 MILHÕES DE DOMICÍLIOS
COM ACESSO À INTERNET

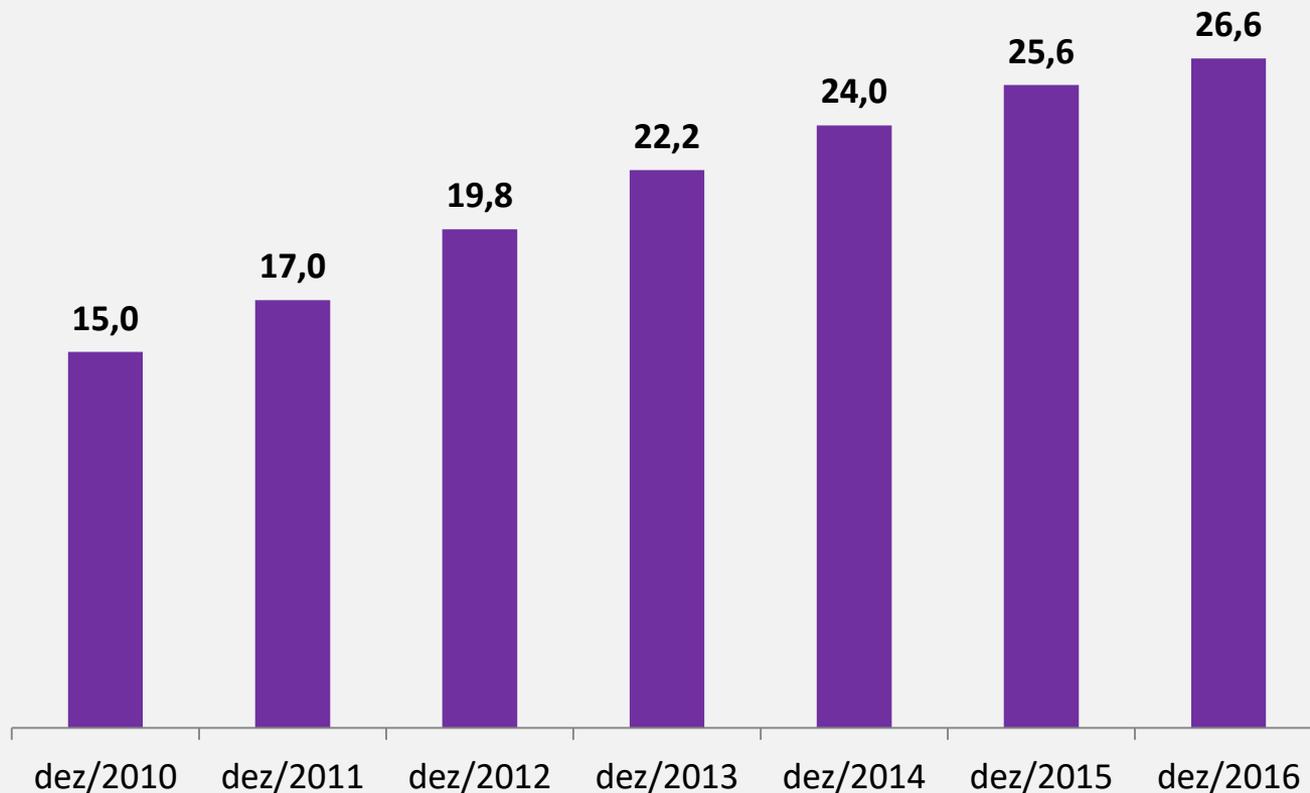
SITUAÇÃO 2015
39,3 MILHÕES DE DOMICÍLIOS
COM ACESSO À INTERNET

Percentual de domicílios com Internet



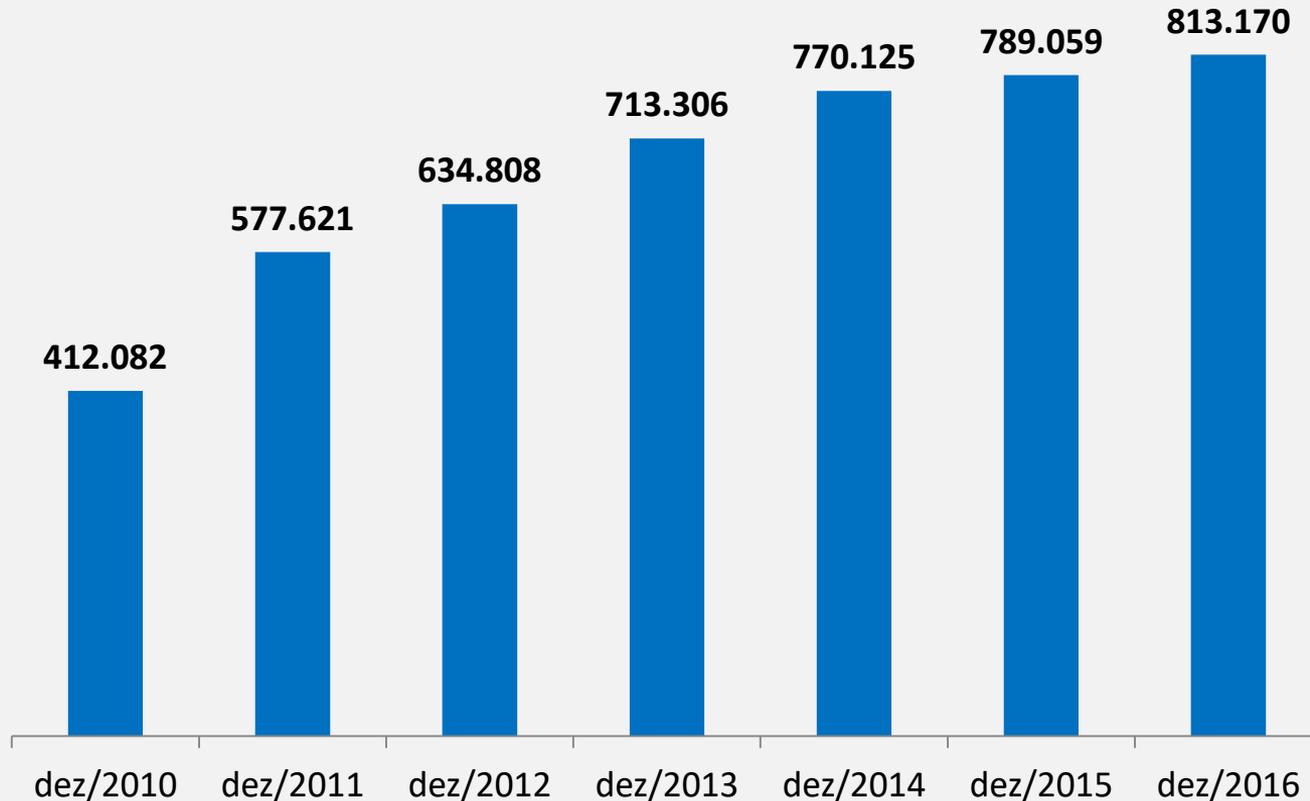
Brasil: milhões de acessos SCM

CRESCIMENTO
ACUMULADO:
78%



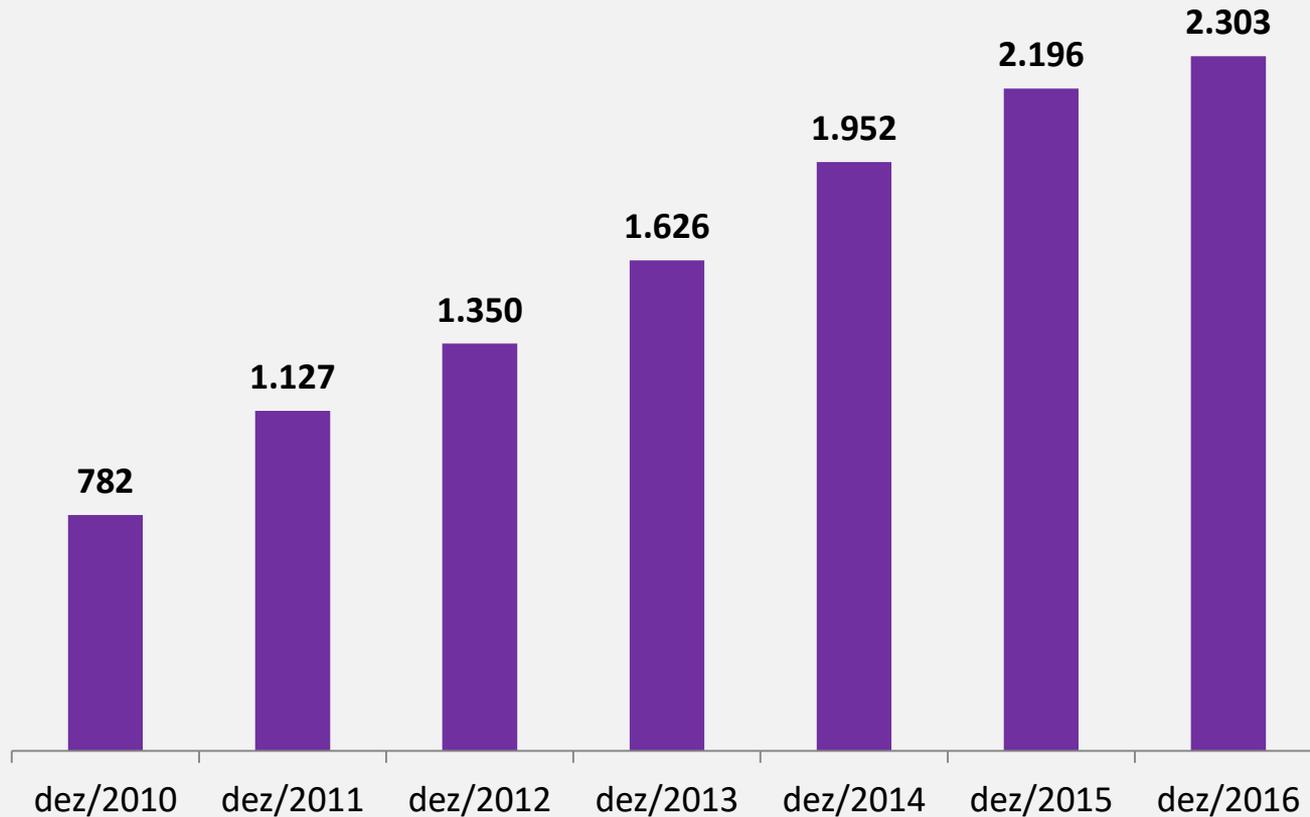
Bahia: quant. de acessos SCM

CRESCIMENTO
ACUMULADO:
97%



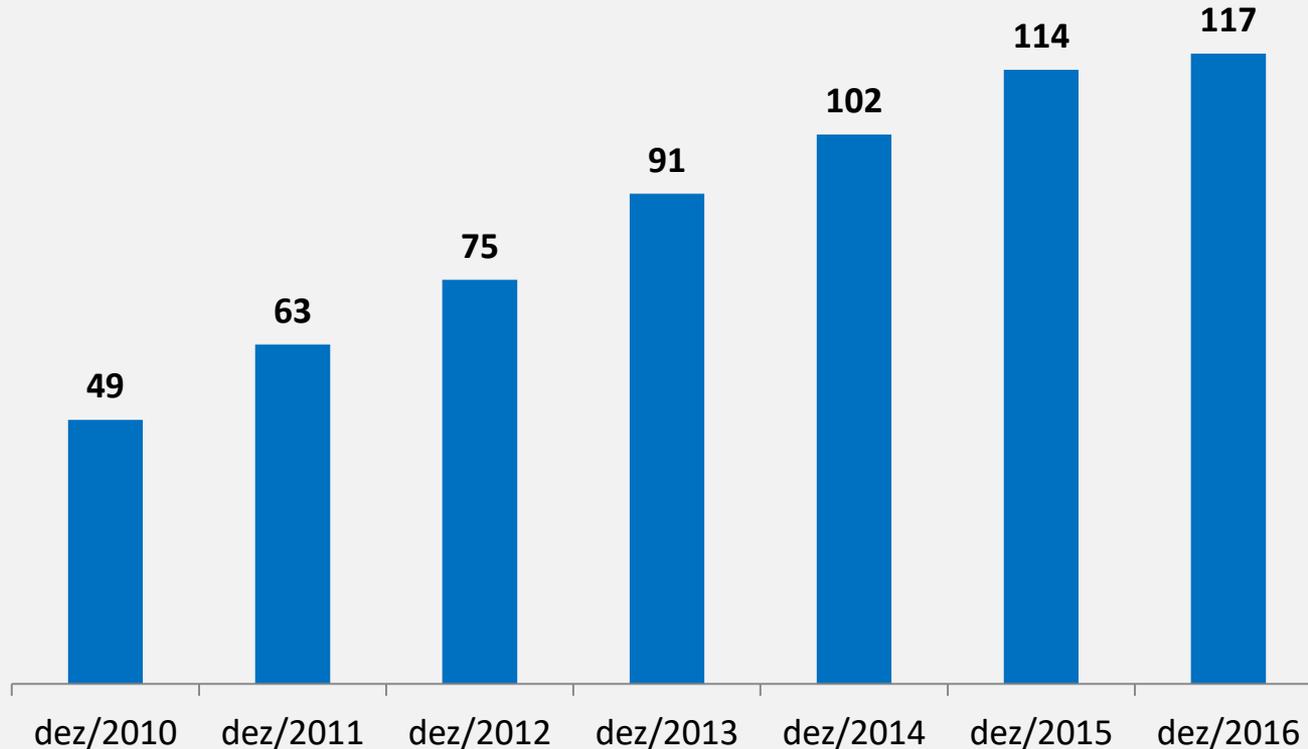
Brasil: quant. de provedores

CRESCIMENTO
ACUMULADO:
195%

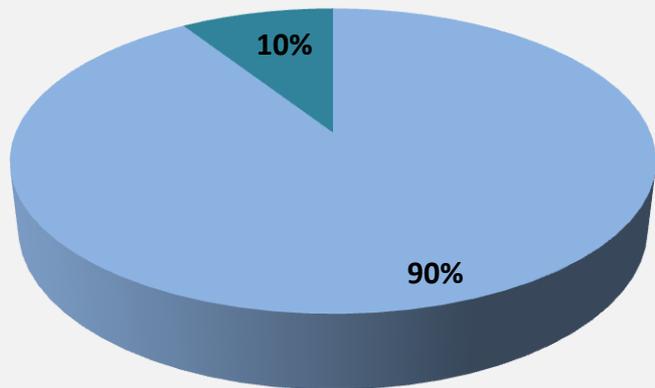


Bahia: quant. de provedores

CRESCIMENTO
ACUMULADO:
139%



O perfil dos provedores regionais



■ Grupos econômicos nacionais ■ Provedores regionais

BAHIA

- 107 provedores regionais
- 95 mil clientes (12% do total do Estado)

Mercado de atuação

- 45% atendem de 1 a 3 municípios
- 21% atendem de 4 a 6 municípios

Link

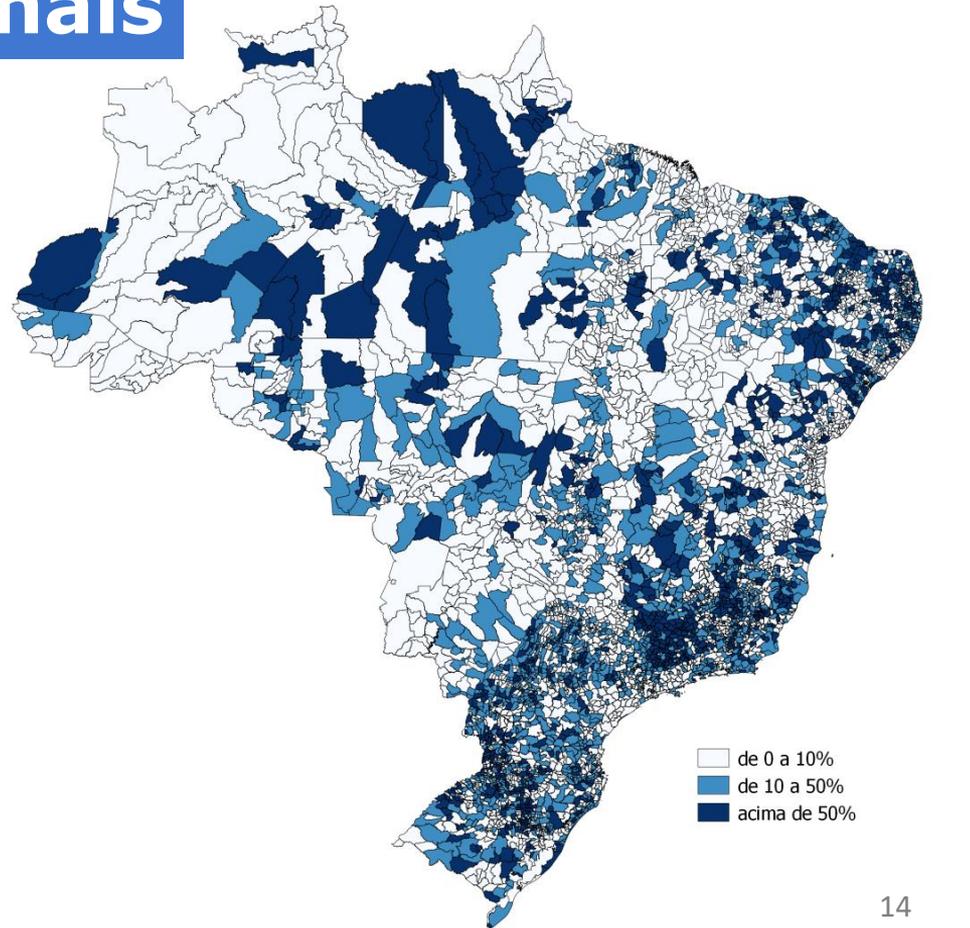
- 44% dos provedores contratam entre 100 Mbps e 1 Gbps; apenas 5% contratam mais de 1 Gbps

Tecnologia

- 49% possuem acesso em fibra óptica

O perfil dos provedores regionais

- A representatividade dos provedores regionais supera o patamar de 10% em todos os estados da região Sul e na maioria dos estados das regiões Norte e Nordeste, inclusive na Bahia
- Mas números agregados subestimam a importância relativa dos provedores regionais
- Quando se considera dados desagregados por municípios, o que se observa é que, em média, 24% dos acessos são de provedores regionais
- Provedores regionais detêm mais de 50% do total de acessos de banda larga fixa em 1.241 municípios



Políticas com impacto sobre provedores regionais

Compartilhamento
de infraestrutura

Espectro

Redução de custos
regulatórios

Financiamento

SGDC

Compartilhamento de infraestrutura

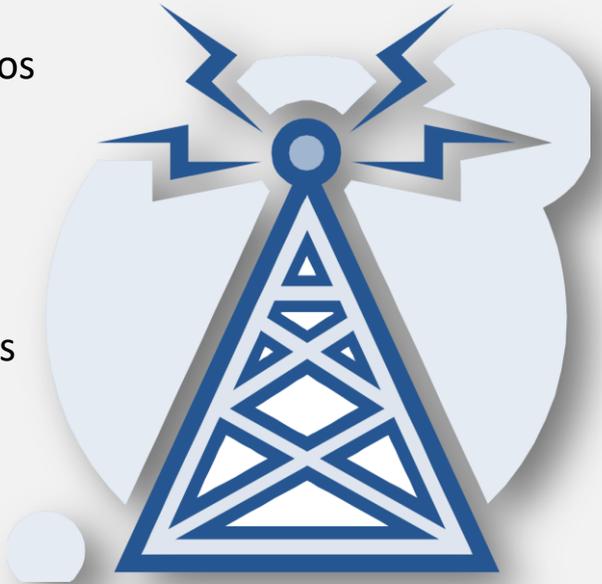
Regulação do compartilhamento de postes

- Preço de referência para o **ponto de fixação**: R\$ 3,19
- Somente um ponto de fixação por prestadora
- Prazo para regularização da ocupação dos pontos
- Regularização imediata para postes inteiramente ocupados
- Cadastro das ocupações e disponibilidade deve ser público
 - GT-Postes: SOIA ou site da distribuidora
- De 10% para 40% da receita bruta apropriada pela distribuidora (Portaria Aneel)



Disponibilidade de radiofrequência

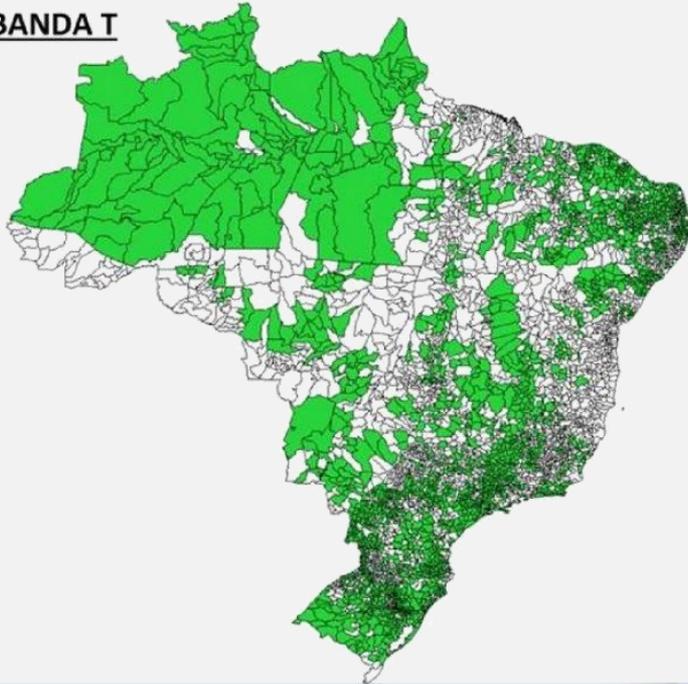
- Licitação Anatel 17/12/2015
- Participação remota no procedimento de seleção dos interessados
- 20 mil lotes do tipo C (1,9 GHz e 2,5 GHz)
- 18 meses para começar a operar
- 5.479 lotes arrematados por 324 provedores por R\$ 89,9 milhões
- 2.903 municípios abrangidos
- Anatel está finalizando a avaliação da licitação com vistas a planejar uma nova, promovendo aperfeiçoamentos (**simplificações**) que possibilitem uma participação ainda maior



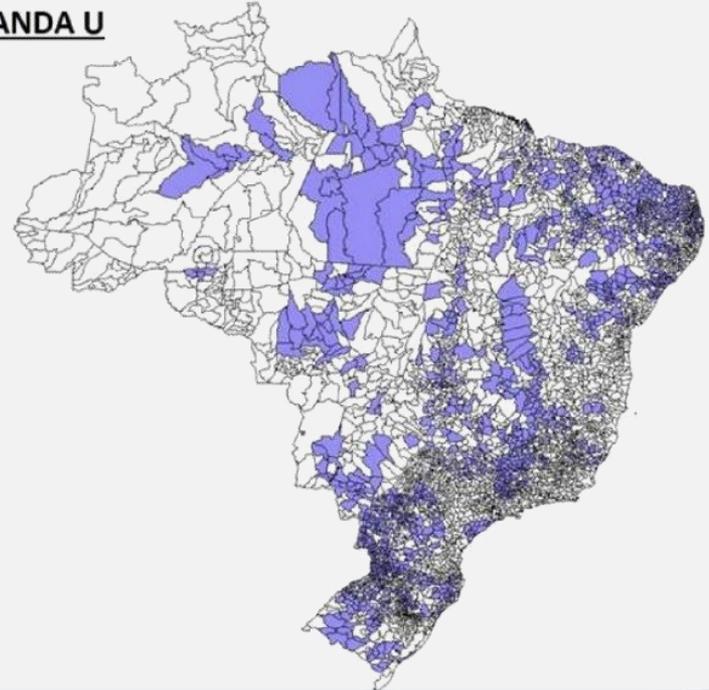
Disponibilidade de radiofrequência

Licitação das bandas T (15 MHz)
e U (35 MHz)

BANDA T



BANDA U



Redução de custos regulatórios

Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia

- Diminuição do valor das outorgas, de R\$ 9 mil para R\$ 400, e criação de autorização “combo” (SCM+STFC+SeAC) por R\$ 9 mil
- Criação de obrigações assimétricas para prestadora de pequeno porte.
 - Definição deve mudar a partir da aprovação do novo **PGMC**
- Anatel vai criar o **Comitê de Prestadoras de Pequeno Porte**

	Metas de qualidade	Central de atendimento	Guarda de registros dos contatos dos usuários	Acessibilidade
Mais de 50 mil usuários	Sim	Sim 24 x 7	Sim 180 dias	Documentação em formato para deficientes visuais
Menos de 50 mil e mais de 5 mil usuários	Não	Sim 8h – 20h	Sim 90 dias	Documentação em formato para deficientes visuais
Menos de 5 mil usuários	Não	Sim 8h – 20h	Não	Sem obrigações

Redução de custos regulatórios

Lei das Antenas
(Lei nº 13.116, de 2015)

- Legislação heterogênea de municípios relativa a procedimentos de licenciamento dificultava implantação de infraestrutura (especialmente torres e antenas) foi harmonizada:
 - Prazo máximo de **60 dias**
 - Pedido único de complementação/esclarecimentos
 - Guichê único
- **Vedação** de cobrança pelo direito de passagem:
 - Margens de ferrovias e rodovias
 - Margens de **novas** concessões de ferrovias e rodovias
 - Deveria ter entrado em vigor em 22 de abril de 2015, mas...

Redução de custos regulatórios

Cobrança pelo direito de passagem

Tipo de Rodovia	Estado	Valor (Km/ano) Dez/12
Estadual	Pará	R\$ 0,00
	Paraíba	R\$ 1.646,00
	Paraná	R\$ 5.490,24
	Pernambuco	R\$ 1.753,32
	Piauí	R\$ 3.421,37
	Rio de Janeiro	R\$10.920,00 a R\$13.651,20
	Rio Grande do Norte	R\$ 0,00
	Rio Grande do Sul	R\$8.439,08 a R\$16.878,16
	Santa Catarina	R\$ 7.804,73
	Sergipe	R\$ 1.433,80
Tocantins	R\$5.414,84 a R\$5.955,78	
Concessão Estadual	Bahia	Sem acordo
	Espírito Santo	R\$ 2.204,01
	Rio de Janeiro	R\$2.995,40 a R\$13.651,20
	Paraná	R\$2.638,99 a R\$13.194,95
	Rio Grande do Sul	R\$ 9.108,36
Concessão Federal	Bahia	Sem acordo
	Minas Gerais	R\$ 13.548,78
	Paraná	Sem acordo
	Rio de Janeiro	R\$ 14.327,24
	Rio Grande do Sul	Sem acordo
	Santa Catarina	Sem acordo

Redução de custos regulatórios

Cobrança pelo direito de passagem

Parecer DNIT
(junho 2015)

Despacho
PGF/AGU
(fevereiro 2017)

**VEDAÇÃO DE COBRANÇA POR
DIREITO DE PASSAGEM
APLICÁVEL A ÁREAS RURAIS?**

Redução de custos regulatórios

Cobrança pelo direito de passagem

É vedada a cobrança do direito de passagem em áreas urbanas e rurais

É inexigível o pagamento pelo direito de passagem desde 22/4/2015

O descumprimento do prazo de 60 dias confere pretensão à prestadora

As concessões vigentes antes de 22/4/2015 podem cobrar pelo direito de passagem

Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas - SGDC

- Projeto conduzido por MCTIC e MD (Decreto nº 7.769, de 2012)
- Objetivos principais:
 - **Cobrir 100% do território nacional com infraestrutura de banda larga;**
 - Assegurar a soberania do país em suas comunicações militares;
 - Permitir o desenvolvimento de competências e de tecnologias no setor aeroespacial;
 - Viabilizar a comunicação segura entre órgãos e entidades da administração pública federal.



- Integração do projeto: Visona  VISONA
Tecnologia Espacial
- Fabricante : Thales Alenia Space  ThalesAlenia Space
A Thales / Finmeccanica Company
- Empresa lançadora: Arianespace  arianespace
service & solutions

Situação:

- Lançamento previsto para 21/03/2017
- Greve geral na Guiana Francesa
- Nova data: 04/05/2017

Financiamento de uma nova política nacional de telecom

PLC nº 79/2016:
saldo econômico
da adaptação do
STFC

PLC nº 79/2016:
outorga onerosa
autorização
radiofrequência

TACs

Outros atos
regulatórios

FUST e OGU

Eixos de uma nova política nacional de telecom

Backhaul de alta capacidade em municípios ainda não atendidos.
Importante: compartilhado

3G em distritos sede ainda não atendidos

4G em distritos-sede de municípios ainda não atendidos

Acesso fixo em setores ainda não atendidos

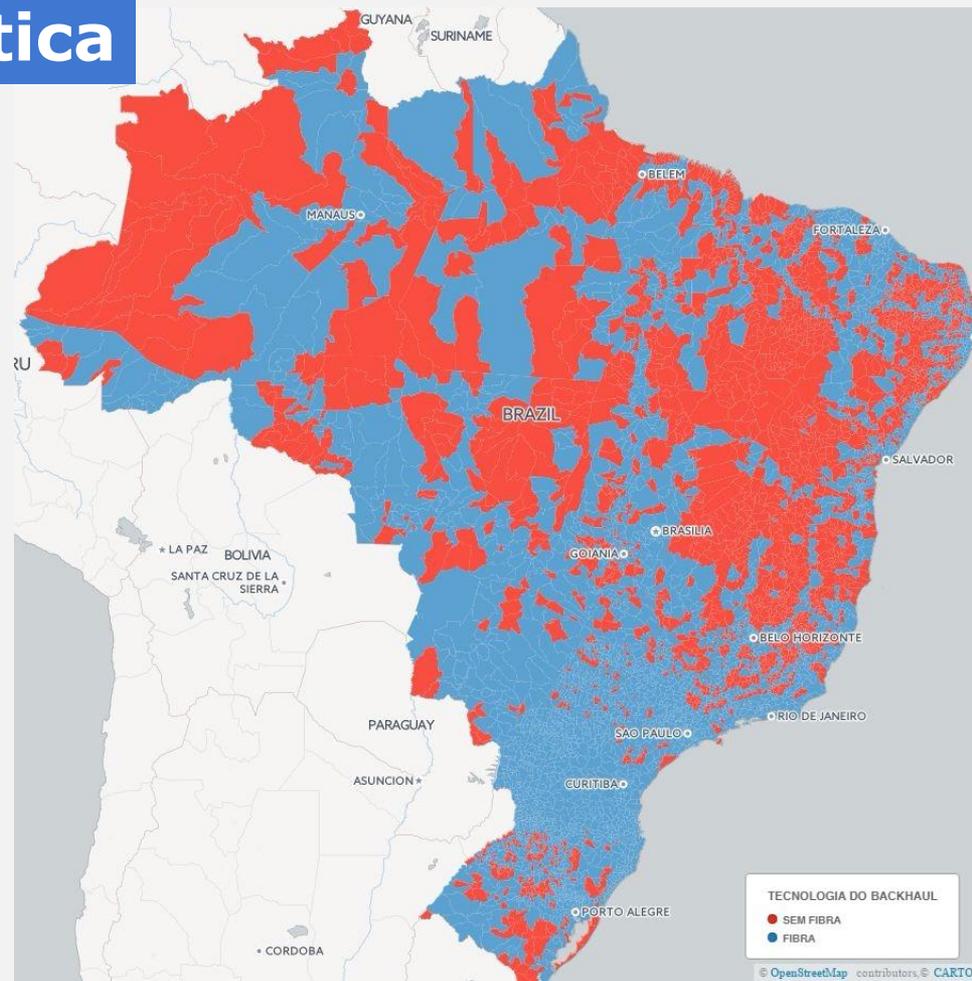
Backhaul em fibra óptica

- Levantamento feito pela Anatel:

<http://www.anatel.gov.br/setorregulado/provedores-regionais-universalizacao>

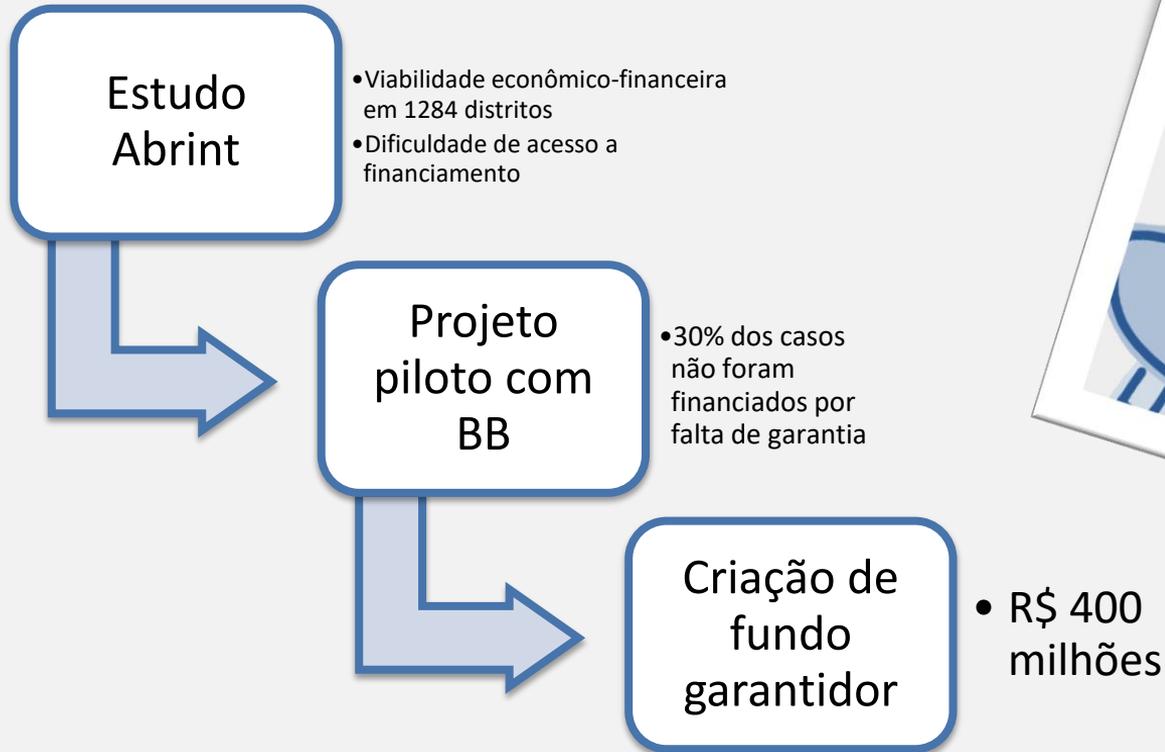
- É importante que os provedores regionais mantenham a Anatel atualizada a respeito das redes de transporte implantadas e em operação:

pruv@anatel.gov.br



Financiamento

Acesso em pequenas cidades



Rede como garantia não funciona

Não há **padronização**
nas redes

As redes têm
baixa liquidez

Não existe um
mercado de venda
de redes de
telecom

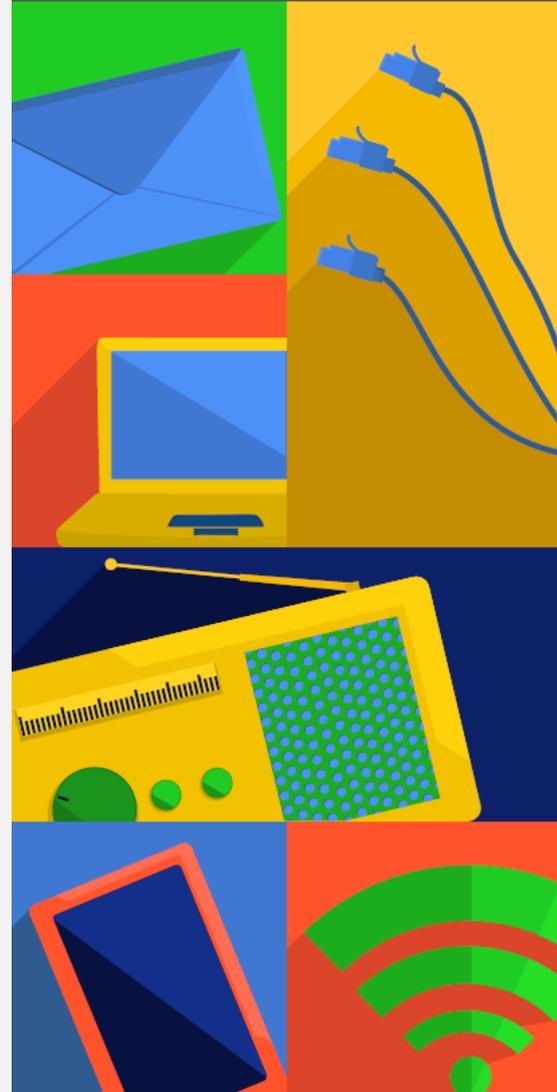


Baixo volume de
ativos

3,2 **milhões** de ~~X~~ 2 **mil** provedores
caminhões ativos

E difícil estipular um
valor para a rede

Obrigado!



Pedro Lucas da C. P. Araújo

Departamento de Banda Larga
Secretaria de Telecomunicações
(61)2027-6717
pedro.araujo@mctic.gov.br

